

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.408.874 - SP (2018/0318239-0)**

AGRAVANTE : MARIA APARECIDA GUIMARAES BORGES  
ADVOGADOS : EDSON ALVES DOS SANTOS - SP158873  
JEAN CARLOS FERREIRA E OUTRO(S) - SP358117  
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE HORTOLÂNDIA  
PROCURADORE : MARIA CRISTINA JANINE BIGLIA - SP050976  
S  
ARIANE DORIGON COSTA E OUTRO(S) - SP185169

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por MARIA APARECIDA GUIMARAES BORGES contra a decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal.

Na origem, Maria Aparecida Guimarães Borges ajuizou ação ordinária com valor da causa atribuído em R\$ 143.156,40 (cento e quarenta e três mil, cento e cinquenta e seis reais e quarenta centavos), em junho de 2014, tendo como objetivo ser indenizada no equivalente a 1/3 (um terço) da jornada, mediante conversão do período em horas extraordinárias, por ter trabalhado integralmente em sala de aula, uma vez que não teria sido estendido à Autora a aplicação do art. 2º, § 4º, da Lei nº 11.738/08.

Após sentença que julgou improcedente a demanda, foi interposta apelação, que teve seu provimento negado pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

ACÇÃO ORDINÁRIA. Professora de Educação Infantil de Hortolândia. Ação objetivando adequação de sua jornada de trabalho à Lei nº 11.738/08, que fixou o limite máximo de 2/3 da carga horária para o desempenho de atividades de interação com os alunos e 1/3 em atividades extraclasse, bem assim indenização por horas trabalhadas além do máximo de 2/3. Inviabilidade. Legislação municipal adequada à lei federal. Não comprovação do descumprimento por parte da Municipalidade. Ausência de prova de trabalho além da jornada normal semanal a ensejar o pagamento de horas extraordinárias. Sentença de improcedência mantida. Recurso não provido.

Não foram opostos embargos de declaração.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, MARIA APARECIDA GUIMARAES BORGES interpôs recurso especial, apontando violação do art. 2º, § 4º, da Lei nº 11.738/08, bem como divergência jurisprudencial.

Sustenta, em síntese, que:

Defende a recorrente, portanto, que a interpretação histórica que se tira do artigo 20, § 4º, da Lei Federal nº 11.738/2008, é que a lei em comento estabeleceu verdadeira PRESUNÇÃO LEGAL no sentido de que os professores do ensino básico, necessitam usar ao menos 1/3 (um terço) de sua carga horária mensal total de trabalho, para cumprimento das atividades pedagógicas do magistério, sem que com isso necessitem laborar além do tempo regular de trabalho, que nunca foi adimplido pela Municipalidade e nem pôde ser inserido em seus controles de frequência - pois o recorrido entendia que a professora devia milagrosamente conseguir manter o nível do ensino e cumprir adequadamente com todos os seus deveres laborativos, DENTRO DA CARGA HORÁRIA SEMANAL FIXADA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, mesmo que de forma completamente contraditória exigisse que a quase totalidade desse período (descontados minutos entre as aulas) fosse utilizada na ministração de aulas. (fl. 817)

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

Após *decisum* que inadmitiu o recurso especial, foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

Verifica-se que a irresignação do recorrente acerca do não cumprimento dos ditames da Lei Federal nº 11.738/2008, vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, que, com lastro no conjunto probatório constante dos autos, decidiu que "ante a prova documental juntada, deixou de comprovar o não cumprimento da lei, ônus que lhe incumbia nos termos do art. 373, I, do CPC" (fl. 798)

Dessa forma, para rever tal posição e interpretar os dispositivos

legais indicados como violados, seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Quanto à alegada divergência jurisprudencial, verifico que a incidência do óbice sumular n. 7/STJ impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados.

Nesse sentido, destaco:

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. HEPATITE C. INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL. AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 7/STJ.

1. O Tribunal a quo, procedendo com amparo nos elementos de convicção dos autos, entendeu que não há nexo causal entre a conduta dos agentes públicos e os danos sofridos pelos ora agravantes, e que estes não trouxeram provas para corroborar o que alegou.

2. Não é cabível em Recurso Especial o exame de questões que demandam o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, em vista do óbice da Súmula 7 do STJ.

3. A incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução à causa a Corte de origem.

4. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp n. 1.612.647/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 16/2/2017, DJe 7/3/2017.)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO RESCISÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA AUTORA.

1. A reforma do acórdão recorrido, no sentido de se entender pela falsidade da prova pericial, da existência de documento novo e da ocorrência de erro de fato, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, prática vedada pela Súmula 7/STJ.

2. A incidência da Súmula 7 do STJ impede o exame do dissídio, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp n. 638.513/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 9/3/2017, DJe 15/3/2017.)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Com fundamento no art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro a condenação da verba honorária fixada pelo Tribunal de origem em 1 ponto

# *Superior Tribunal de Justiça*

percentual, sopesado, para a definição do *quantum* ora aplicado, o trabalho adicional realizado pelos advogados, cuja condenação ficará suspensa por ser a parte autora beneficiária da Justiça Gratuita, com fulcro no art. 98, § 3º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de março de 2020.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator